

COMPANHIA AMÉRICA FABRIL - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ 33.615.956/0001-57

Relatório da Administração. Em cumprimento às exigências legais e estatutárias, estamos apresentando as demonstrações financeiras do exercício de 2019, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, bem como as demonstrações exigidas pela legislação vigente. A atual administração do processo liquidatário assumiu as funções no dia 10/06/2008, em decorrência da substituição do liquidante determinada por AGE da mesma data. Tendo em conta que a quase totalidade do ativo é composto por imóveis, todos em litígio, discutindo-se em juízo o domínio da propriedade onde os atuais ocupantes buscam a declaração judicial de usucapião, a principal estratégia da sociedade é retomar judicialmente o domínio desses bens de forma a possibilitar sua alienação. Paulo Eurico Paz Tatsch - Liquidante.

Balanco Patrimonial comparativo de 31/12/2019 e de 31/12/2018 (Em R\$)			Demonstração de Resultado comparativa de 31/12/2019 e de 2018 (Em R\$)			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2019 e de 2018 (Em R\$)		
	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Ativo			Receitas Operacionais	39.500,00	42.000,00	Capital Social	1,44	9.566.286,17
Circulante	359.446,56	359.001,43	Receitas de Aluguel	39.500,00	42.000,00	Monetária do Capital	9.566.286,17	(21.288.642,70)
Disponibilidades	4.866,18	998,85	Receitas Não Operacionais	6.005,42	2.361,08	Lucros ou Prejuízos Acumulados	437.762,58	(437.762,58)
Caixa	4.866,18	540,85	Juros Recebidos	-	108,96	Saldo em 31/12/2018	1,44	9.566.286,17
Depósitos Bancários	-	458,00	Varição Monetária	3.561,37	1.274,50	Resultado do Exercício	1,44	9.566.286,17
Ações de Companhia Aberta	335,12	335,12	Lucros na Vendas de Bens Imobilizados	2.444,05	977,62	Saldo em 31/12/2019	1,44	9.566.286,17
Ações de Companhia Aberta	335,12	335,12	Total das Receitas	45.505,42	44.361,08	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2019 e 2018 - (Em R\$)		
Outros Créditos	354.245,26	357.667,46	Despesas			Nota 01 - Procedimentos Contábeis. Principais procedimentos contábeis adotados pela Companhia: a) No que se aplicam as empresas em liquidação, as demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas, conforme dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6404/76) e demais disposições legais em vigor. b) Os valores apresentados no Ativo Permanente e no Patrimônio Líquido estão atualizados monetariamente, sendo os efeitos da correção monetária considerados até 31/12/1995, tendo em vista a Lei nº 9249 de 26/12/95, que extinguiu a correção monetária a partir do exercício de 1996. c) As depreciações da Companhia foram calculadas pelo método linear de conformidade com a legislação vigente. Nota 02 - Outros Créditos a Receber - Desapropriação INCRA. Valor contábil (aquisição e correções) de R\$ 237.082,90 da área de 535 hectares desapropriada pelo INCRA no ano de 1974 cujo valor da indenização (encontra-se em discussão no Judiciário). Trata-se do processo nº 0211957-50.1900.4.02.5101 da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, cujo valor da indenização, calculado pela contadora judicial até 23/02/1989, atingia a cifra de NCZ\$ 260.713,76. Estimamos que o valor (sub judice) atualizado até dezembro de 2019 deverá atingir aproximadamente R\$ 9.658.365,41, incluídos os juros estipulados na sentença condenatória, a depender da atualização a ser realizada pela Contadora do Juízo. Nota 03 - Ativo Permanente. Em investimentos imobiliários registra-se R\$ 3.826.392,15 - correspondente ao valor contábil dos imóveis situados no Rio de Janeiro (RJ), no bairro do Jardim Botânico e outros, em sua maioria tombados pelo Município do Rio de Janeiro, todos em litígio, ocupados por possuidores e objeto de ações possessórias na Justiça Federal e Estadual. Por falta de recursos não se tem avaliação do valor de mercado desses imóveis. Nota 04 - Receitas de Exercício Futuros. As receitas auferidas nas vendas dos imóveis com financiamento de até 240 (duzentos e quarenta) meses foram segregadas neste grupo e são apropriadas mensalmente, ou seja, concomitantemente aos recebimentos dos valores pactuados com os adquirentes de bens, com saldo em 31/12/2019 no valor de R\$ 63.545,09. Nota 05 - Capital Social. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 1989, foi aprovada a efetivação da compulsória correção monetária do capital, mediante o acréscimo de CR\$ 3.551.371, passando o Capital Social para CR\$ 3.986.233, que ficou representado por 136.749 ações ordinárias, de valor nominal de CR\$ 29,15 cada uma. Esse capital em face de mudança do padrão monetário nacional passou a representar o valor de R\$ 1,44. Há, todavia, saldo de correção monetária do Capital Social no valor de R\$ 9.566.286, com Reserva de Capital a ser incorporada quando da realização da Assembleia. Nota 06 - Contingências Passivas. Reconhecimento de débitos em Dividas Ativas da União e Município do Rio de Janeiro-RJ. Os débitos de Foro e IPTU referem-se, em sua maior parte, a imóveis que não mais pertencem à Cia., e que constam como sendo de sua responsabilidade nos cadastros de contribuintes (Prefeitura e SPU) e/ou nos cartórios de registros imobiliários. Por estarem inscritos nas Dividas Ativas, foram reconhecidos contabilmente conforme a inteligência do art. 204 do CTN. 6.1. - Dívida de Foro/Fazenda Nacional: Reconhecimento das Dividas, (Foro/PGFN/SPU) no valor de R\$ 11.790.012,95. 6.2 - Dívida de IPTU - Fazenda Municipal-RJ. Reconhecimento das dividas (IPTU) no valor de R\$ 2.631.181,26. 6.3. - Com o reconhecimento do passivo representado pelas dividas ativas (Fazenda Nacional e Municipal-RJ), acrescido dos custos de manutenção mensal e mais as provisões de contas a pagar, o Patrimônio Líquido da Sociedade acumula o saldo NEGATIVO de R\$ 12.160.117,67.		
Devedores por Compra de Valores e Bens	272.699,21	261.876,53	Despesas Pessoal - INSS	12.960,00	12.880,00			
Juros Pré-Fixados	(17.936,23)	(16.058,11)	Despesas Luz, Força, Água, esgoto e Gás	470,69	-			
Reajuste de Contratos (Rendas a Aprop)	(137.600,62)	(125.233,86)	Despesas de Comunicações - Telefone e Correios	33,85	16,90			
Créditos a Receber - Desapropriação INCRA - Nota 02	118.205,59	118.205,59	Despesas com Material de Expediente	99,99	345,98			
Créditos a Receber - Desapropriação INCRA - Nota 02	118.877,31	118.877,31	Despesas de Repografia / Serviços Gráficos	10,00	-			
Imobilizado	3.826.392,15	3.826.392,15	Despesas Anúncios, Propagandas e Publicações	622,56	4.081,30			
Imóveis Terrenos e Edificações - Nota 03	3.826.392,15	3.826.392,15	Despesas Conduções Urbanas	46,48	100,00			
Inst. Móveis e Equip. de Uso	11.494,11	11.494,11	Despesas Legais e Cartorais	291,66	1.182,42			
Sistemas de Processamento de Dados	8.542,00	8.542,00	Despesas Serviços Prestados Pessoas Jurídicas	96.154,94	93.299,82			
(-) Depreciação Acumulada	(20.036,11)	(20.036,11)	Despesas Serviços Prestados Pessoas Físicas	64.800,00	64.800,00			
Total do Ativo	4.185.838,71	4.185.393,58	Despesas de Juros e Multas	-	0,53			
			Despesas Perdas C/Processos Judiciais	300.000,00	-			
Passivo	31/12/2019	31/12/2018	Outras Despesas Administrativas	740,51	2.834,87			
Circulante	16.282.411,29	15.841.759,53	Divida Ativa União PGFN/SPU	-	2.274.270,00			
Encargos e Dívidas de Massa	16.282.411,29	15.841.759,53	Divida Ativa Município/RJ - IPTU	-	154.541,54			
Honorários e Serviços Prestados a pagar	1.373.099,41	1.236.063,41	Outros Impostos e Taxas	2.476,46	1.617,53			
COFINS a Recolher	2.838,29	1.473,12	Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais - Depreciação	-	143,19			
PIS a Recolher	614,96	319,17	Despesas Financeiras	1.066,06	1.000,05			
IRPJ a Recolher	4.426,33	2.242,07	Imposto de Renda e Contribuição Social	3.494,80	3.403,45			
CSLL a Recolher	2.701,54	1.391,00	Total das Despesas	483.268,00	2.614.517,58			
INSS a Recolher	169.221,17	156.261,17	Prejuízo do Exercício	(437.762,58)	(2.570.156,50)			
Custas e Honorários de Sucumbência	4.500,00	4.500,00	Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos exercícios de 31/12/2019 e de 2018 (Em R\$)					
Adjuvação Compulsória Pes.Físicas	3.815,38	3.815,38	Discriminação:	31/12/2019	31/12/2018			
Multa Auto de Infração - SRF	-	10.000,00	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Divida Ativa União - PGFN/SPU - Nota -06/1	11.790.012,95	11.780.012,95	Lucro/Prejuízo do Período	(437.762,58)	(2.570.156,50)			
Divida Ativa Município/RJ - IPTU - Nota -06/2	2.631.181,26	2.631.181,26	Mais: Depreciação e Amortização	-	143,19			
Contas a Pagar Caminhoá 11 / RJ	-	14.500,00	Menos: Lucro na Venda de Investimentos	-	-			
Divida Decisão Jud. Proc. 505311-78.2006.8.19.0001	300.000,00	-	Ajuste de Períodos Anteriores	-	14.992,59			
Não Circulante			Aumento/Redução em Devedores por CPA Valores e Bens	3.422,20	(13.807,35)			
Resultados de Exercícios Futuros	63.545,09	65.989,14	Aumento/Redução em Outras Obrigações	438.207,71	2.561.277,90			
Receitas de Exercícios Futuros - Nota -04	63.545,09	65.989,14	Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais	3.867,33	(7.550,17)			
Patrimônio Líquido	(12.160.117,67)	(11.722.355,09)	Aumento/ Redução das Disponibilidades					
Capital - Nota -05	1,44	1,44	Modificações na Posição Financeira: Disponibilidades					
Correção Monetária do Capital	9.566.286,17	9.566.286,17	Início do Período	1.333,97	8.884,14			
Lucros e Prejuízos Acumulados	(21.726.405,28)	(21.288.642,70)	Fim do Período	5.201,30	1.333,97			
Prejuízos de Exercícios Anteriores	(21.009.687,00)	(18.439.530,50)	Aumento ou Redução	3.867,33	(7.550,17)			
Saldo Diferença BTN/IPC 1980	(278.955,70)	(278.955,70)	trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentado para fins comparativos, foram por nós anteriormente auditados, que emitimos Relatório dos Auditores Independentes em 18 de fevereiro de 2019 sem ressalva. Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.					
Total do Passivo	4.185.838,71	4.185.393,58	RJ, 06/01/2020. Mario Rocha Auditores Associados - CNPJ - 34.167.056/0001-57 - CRC/RJ nº 0154/O-6 - AD CVM 1285-8. Arlindo Castanheira Thiago - Contador CRC/RJ 03141/O-4.					

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ilmos. Srs. Administradores da COMPANHIA AMÉRICA FABRIL - EM LIQUIDAÇÃO. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia América Fabril - Em Liquidação, que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como notas explicativas, incluindo resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia América Fabril - Em Liquidação em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

resumo, **responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

CONSORCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2020

Processo Licitatório Nº 2/20
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de operação e execução do aterro sanitário do CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA - CGI. PROTOCOLO DOS ENVELOPES: Até às 13:00 horas do dia 03/06/2020. ABERTURA DOS ENVELOPES: A partir das 13:30 horas do dia 03/06/2020.

Para melhores esclarecimentos, dirigir-se à sede do CPGI - Praça Étoe Zerbeta, 37, Jardim Europa, Andradas/MG, no horário das 09:00 às 11:00 horas e das 12:30 às 17:00 ou através do Tel.: (35) 3590-1420 (Zaine ou Tatiane) ou através do Tel.: (35) 3731-7120, falar com Sr. (a) Cláudio Junior Araújo, ou ainda através dos e-mails: consorcio.cpgi.zaine@andradas.mg.gov.br; meioambiental@andradas.mg.gov.br; http://www.consorciopublicointegrado.com.br/site/

Em 14 de abril de 2020.
RODRIGO APARECIDO LOPES
Presidente do CPGI

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DE SOBRAL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação do Consórcio Público de Saúde da Microrregião Sobral - CPSMS, em cumprimento do Termo de Ratificação procedida pelo Diretor Executivo do Consórcio Público de Saúde da Microrregião Sobral - CPSMS, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação Nº 02.04.2020-CP. Do Objeto: Contratação de empresa para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, a serem destinados aos colaboradores de saúde e habitantes da Microrregião de Sobral, através do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Sobral - CPSMS. Favorecido: Multilaser Industrial S.A. Do Valor: R\$ 398.000,00 (trezentos e noventa e oito mil reais). Da Fundamentação Legal: Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e nos artigos 4º a 4º-I da Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, com as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020. Declaração de Dispensa de Licitação.: Emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. Carlos Hilton Albuquerque Soares, na qualidade de Ordenador de Despesas.

Sobral-CE, 14 de abril de 2020.
MANOEL AQUINO LOIOLA NETO

ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MARKETING S/C LTDA

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1095, de 25 de outubro de 2018, esta instituição de Educação Superior informa que foram registrados 04 (quatro) diplomas no período de 18/02/2020 a 02/03/2020, nos seguintes livros de registro e sequencias numéricas: [livro 1 - registros 1772273, 1772774, 1772777, 1772483].

A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço <http://waewebsantos.esamc.br/waeweb/servlet/hwmlgn?21,2408>

Santos-SP, 13 de março de 2020.
SIMONE VAZ
Secretária Geral

FACULDADE UNINASSAU TERESINA

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Faculdade Uninassau Teresina
Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda
CNPJ: 03.371.400/0001-00

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta instituição de Educação Superior informa que foram registrados 23 (VINTE E TRÊS) diplomas no período de 23/03/2020 a 24/03/2020, nos seguintes livros de registro e sequencias numéricas: [livro 20- registro 147179 a 147266] e [livro 21- registro 147285 a 147291] .

A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço <http://www.uninassau.edu.br/>

Teresina-PI, 24 de março de 2020.
MARCIA MYLENA NEVES LEITE
Secretária Acadêmica

